

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Betina Isabel Henz Müller

DE ATENDENTE A PROFESSORA:

Um estudo sobre o profissional da Educação Infantil no Município de Cachoeirinha

Porto Alegre
2. semestre
2016

Betina Isabel Henz Müller

De Atendente a Professora:

Um estudo sobre o profissional da Educação Infantil no Município de Cachoeirinha

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Santos de Albuquerque

Porto Alegre

2. semestre

2016

RESUMO

Este trabalho tem como tema principal o estudo dos profissionais da Educação Infantil no Município de Cachoeirinha. A questão norteadora da pesquisa é como se compreendem as problemáticas em torno da função, do papel e do reconhecimento dos profissionais da Educação Infantil no Município de Cachoeirinha e quais suas implicações na prática. O estudo apresenta uma contextualização de alguns processos sociais e culturais vivenciados nas Escolas de Educação Infantil. Objetivo central da pesquisa é analisar de que maneira se constitui a identidade desse profissional da Educação Infantil que tem a função de Atendente. Os principais referenciais teóricos que fundamentam o estudo são os conceitos de profissionalidade docente, pautado na compreensão da ação, com base teórica, com as crianças e seus familiares e o conceito de docência na Educação Infantil, que compreende como uma docência com um a especificidade do cuidar/educar. Já a abordagem metodológica da pesquisa é qualitativa, com o objetivo de compreender a questão a partir da análise de documentos legais, como os Planos de Carreira Municipais dos Professores e dos Atendentes, assim como seus respectivos editais de concurso. Também compõem esta pesquisa entrevistas semiestruturadas com três Atendentes de Educação Infantil do Município. A partir da análise desses documentos e das entrevistas, é possível perceber como isso se reflete na prática, em que o Atendente é um servidor que possui, menos direitos e menos prestígio que os Professores, mas executa sua função docente, sem deixar de lutar por seus direitos, a fim de ser reconhecido e valorizado. Este trabalho vem com a proposta de contribuir com a discussão, apresentada nesta pauta de reivindicações de 2016 do Sindicato Municipal de Cachoeirinha (SIMCA), a fim de motivar a busca pelo reconhecimento e pela valorização do Atendente de Educação Infantil, para que ele faça valer a sua voz.

Palavras-chave: Profissionalidade. Docência. Educação Infantil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	COLOCANDO OS PÉS NO CHÃO.....	7
2.1	A EDUCAÇÃO INFANTIL E SEU PROCESSO HISTÓRICO	7
2.2	COMO ISSO ACONTECEU EM CACHOEIRINHA?	10
3	COMO SE FEZ A TESSITURA METODOLÓGICA DESTE TRABALHO? ... Erro! Indicador não definido.	13
4	DO ATENDENTE AO PROFESSOR.....	137
4.1	A PROFISSIONALIDADE E A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	177
5	ENTRE A LEGISLAÇÃO E A SUA EFETIVAÇÃO	25
5.1	A LEGISLAÇÃO EM TORNO DO PAPEL, DA FUNÇÃO E DO RECONHECIMENTO	25
5.2	EU EXERÇO O PAPEL DE PROFESSOR	33
6	ONDE QUEREMOS CHEGAR	38
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
	ANEXO A - Pauta de Reivindicação do Sindicato dos Municípios de Cachoeirinha ..	42
	ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	43

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é resultado do processo de estudos realizados durante o curso de Graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre os anos de 2011 e 2016. Tem como foco de estudo o profissional da Educação Infantil no Município de Cachoeirinha, considerando a profissão de Atendente de Educação Infantil. Problematiza-se a sua função, a remuneração, a formação e o reconhecimento como profissional da área, bem como analisa as implicações dessas questões no cotidiano da sala de aula.

A opção por esse tema vincula-se à minha trajetória de estudos no Curso de Pedagogia na Universidade já referida, assim como a um ano de pesquisa que realizei junto à Prof. Dr.^a Josiane Ramos, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, em Gestão Democrática, intitulada *A prática de gestão educacional dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: desvelando os desdobramentos da política de expansão da Rede Federal de Educação Básica, Profissional e Tecnológica*. Tal pesquisa buscava entender como essa política de expansão dos IFs atendia aos documentos norteadores da rede no que se referia à gestão democrática desses institutos.

Além disso, participei, com a Prof. Dr.^a Vera Maria Vidal Peroni, da pesquisa sobre as parcerias público-privadas, intitulada *Implicações da relação público-privada para a democratização da educação*. Esse estudo buscava as implicações das parcerias público-privadas na democratização da educação.

Ambas as pesquisas se vinculam ao meu trabalho, pois estão pautadas em princípios da democratização da educação, uma vez que esta é uma luta em busca da qualidade, a partir do reconhecimento de toda a comunidade escolar nas construções educativas. No âmbito desta pesquisa, pretende-se, portanto, problematizar sobre o papel, a função e o reconhecimento do Atendente de Educação Infantil; esse também é um tema que aborda questões democráticas e busca contribuir para a qualidade da Educação Básica.

Também destaco meu ingresso via concurso público, no ano de 2015, no Município de Cachoeirinha, como Atendente de Educação Infantil, e minha vivência como profissional atuante dentro das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e junto à categoria no Sindicato dos Municípios de Cachoeirinha (SIMCA).

Portanto, considero que foi essa trajetória que me levou a identificar a questão-chave que desencadeou este estudo, apresentando o seguinte problema: como se compreendem as

problemáticas em torno da função, do papel e do reconhecimento dos profissionais da Educação Infantil no Município de Cachoeirinha e quais as implicações no cotidiano da sala de aula?

Para apresentar essa questão, desenvolvo uma breve contextualização de como se foi construindo a concepção de Escolas de Educação Infantil e dos profissionais atuantes nesses espaços, a fim de perceber os processos de lutas e garantia de direitos. Além disso, realizo um relato cronológico de questões pontuais, que foram de extrema importância para a rede de Educação Municipal de Cachoeirinha e para a implementação de garantias da Educação Infantil Municipal, até os dias atuais.

O referencial teórico utilizado como suporte para as discussões e como aporte para as análises está pautado em dois conceitos-chave. O primeiro é referente ao **profissional docente**, o qual desenvolve práticas articuladas com campos teóricos, desenvolvidas com as crianças e suas famílias. Já o segundo conceito é referente à **docência na Educação Infantil**, entendida para além de uma ação educativa realizada nas demais etapas, mas uma ação em que se efetive o binômio cuidar/educar, como prática pedagógica da pequeníssima infância.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa baseiam-se na análise documental e na entrevista semiestruturada com três Atendentes de Educação Infantil. Para isso, foi organizado um roteiro com questões orientadoras; a entrevista foi transcrita e analisada com base nos estudos teórico-metodológicos que fundamentam a temática estudada.

Um dos pontos marcantes desse processo da Educação Infantil no Município foi a criação de Planos de Carreira específicos para os profissionais de educação, que ocorreu a partir da luta da categoria e se concretizou com a Lei Complementar nº 10, de 11 de dezembro de 2007. Então, procuro conhecer e analisar os Planos de Carreira dos Professores e dos Atendentes de Educação Infantil, assim como os editais de concurso, buscando semelhanças e diferenças entre suas atribuições.

2 COLOCANDO OS PÉS NO CHÃO

Neste capítulo, apresento uma breve contextualização do processo de construção da Educação Infantil e algumas concepções em torno dos profissionais que exercem a função de cuidar/educar ao longo da história. Além desses apontamentos mais gerais, analisarei como esse movimento de garantia da Educação Infantil foi se desenvolvendo no Município de Cachoeirinha, por meio da criação e ampliação das Escolas de Educação Infantil e das alterações e conquistas na legislação municipal.

2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL E SEU PROCESSO HISTÓRICO

O conceito de infância passou por um grande processo de transformação social e cultural, de conquistas e retrocessos, para ser compreendida como tal. Alguns autores, como Ariès (1975), problematizam essa questão, abordando que na Idade Média as crianças eram retratadas como pequenos adultos, através de suas vestimentas e sua representação social. Kuhlmann e Fernandes (2012) levam em consideração o que era reconhecido como adulto nessa época, pois a criança ingressava no mercado de trabalho para a aprendizagem de um ofício e, assim, passava a assumir um grau maior de responsabilidade.

Dentro dessa ideia de iniciação ao ofício, é possível realizar uma leitura de inserção no ambiente escolar, pois aquela criança estaria ingressando em um espaço com características semelhantes às da escola, com um Professor ensinando e o auxiliando na construção de saberes.

A partir do século XIX, tem-se uma nova instituição, em virtude de um novo modelo de sociedade moderna. O capitalismo abria espaço para que as mulheres ingressassem no mercado de trabalho, pois teriam de auxiliar no sustento de suas famílias. Assim:

(...) a creche se apresentou como uma instituição educacional que permitiria à mãe ter onde deixar seu filho enquanto trabalhasse, sem precisar abandoná-lo na casa dos expostos ou enviá-lo para os cuidados de uma ama de leite, como se praticavam em alguns países Europeus. (KUHLMANN; FERNANDES, 2012, p. 33)

Essas creches eram muitas vezes organizadas pelas próprias indústrias, as quais se utilizavam da mão de obra feminina, uma vez que seus salários eram menores, para realizarem uma jornada de trabalho mais prolongada, pois seus filhos possuíam cuidados e alimentação.

As creches se baseavam na perspectiva dos asilos de crianças da Europa, nos quais se praticava o assistencialismo e a educação moral, baseada em princípios religiosos.

Somente a partir do movimento da Escola Nova é que essa perspectiva pôde ser repensada:

O movimento da Escola Nova trouxe uma proposta educacional renovadora, procurando atender às mudanças socioeconômicas e políticas que o país estava sofrendo. (...) A partir dos princípios da Escola Nova, tais como a criança como centro do processo, pedagogia ativa, aprender fazendo, preparar para a autonomia, eram debatidas as ideias de espaço de atendimento à infância. (MARAFON, 2012, p. 8)

Na Declaração Universal dos Direitos das Crianças, promulgada pelas Nações Unidas em 20 de novembro de 1959, as crianças passam a ser reconhecidas como um sujeito. Isso se apresenta em dez princípios, os quais estabelecem que a criança tem o direito de ser livre de discriminações e de usufruir de direitos como identidade, proteção, educação, lazer, além de crescer em um ambiente favorável e saudável.

Na última parte dos anos 1900, a Educação Infantil brasileira vive intensas transformações. É durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxe para a sociedade e para a educação brasileiras, que se inicia esta nova fase, que terá seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na ardua Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, de 1996. A legislação nacional passa a reconhecer que as creche e pré-escolas, para crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação Básica. (KUHLMANN, 2000, p. 6)

Ao apontar essas intensas transformações, o autor nos remete à legislação: lê-se na Constituição Federal de 1988, no Artigo 205, em relação à proposta da garantia da educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Como forma de legitimar essas conquistas, é promulgada a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a qual estabelece, na Seção II do Capítulo II da Educação Básica, normativas para a Educação Infantil. Ela apresenta, no Artigo 29, a sua integração na Educação Básica e determina sua finalidade.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

A partir desse princípio, dá a margem legal para exista a oferta a crianças de 0 a 5 anos¹ como responsabilidade dos Municípios, com um processo avaliativo, sem o objetivo de promoção, mas sim de acompanhamento, estabelecendo carga horária mínima, controles de frequência e de acompanhamento. Da mesma forma, a Educação Infantil – que pertence à Educação Básica – deve também aderir às regularidades como tal, determinando um currículo que compreenda as especificidades locais e uma formação docente de, no mínimo, Curso Normal de Nível Médio.

Após essa conquista legal para a Educação Infantil, algumas propostas de ampliação e de busca por qualidade nessas instituições se iniciaram. O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei número 13.005/2014, determinou que, ao longo de 10 anos – seu período de vigência –, a oferta da Educação Infantil seja universal para as crianças de 4 a 5 anos, até o ano de 2016; e deve atender também no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos² até o final do seu período de vigência.

Esses dados estão presentes no relatório das Diretrizes Curriculares da Educação Básica, mais especificamente na Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, no Parecer 20/2009, que ainda coloca:

Frente a todas estas transformações, a Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre a educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Em especial, tem se mostrado prioritárias as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até 3 anos em creches e garantir práticas junto as crianças de 4 a 5 anos que se articulem, mas não antecipem processos de Ensino Fundamental. (CNE/CEB 20/2009)

A partir da compreensão desse processo histórico, é importante reconhecer o quanto já evoluímos nas lutas pela garantia da qualidade na Educação Infantil e pelo seu reconhecimento como um processo educativo fundamental para a construção do sujeito. Apesar disso, muitas questões ainda precisarão ser revisadas para que, ao longo do tempo, consigamos atingir as metas de alcance a toda a população da faixa etária destinada, com um processo educativo valorizado.

¹ No ano de 2013, ocorreu a alteração na LDB de 1996, a partir da Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, tornando obrigatória a escolarização dos 4 aos 17 anos e consolidando a inserção das crianças de 5 anos ao ingresso no Ensino Fundamental. Acesso em: 23/10/2016. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1

² PNE: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 23/10/16

2.2 COMO ISSO ACONTECEU EM CACHOEIRINHA?

Cachoeirinha é um município do Estado do Rio Grande do Sul, pertencente à região metropolitana de Porto Alegre. Segundo o site do IBGE, a sua população estimada para 2016 é de 126.666, em sua extensão de 44,018m²; seu Produto Interno Bruto é de 45.379,61 reais³. A educação pública é organizada pela Secretaria Municipal de Educação, regendo 20 escolas de Ensino Fundamental, com um total de matrículas em 2012 de 10.208 alunos, e as 12 escolas de Educação Infantil, com 1.170 crianças matriculadas em 2012⁴.

A Educação Infantil iniciou no Município no ano de 1979, com o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, através da associação de bairros. A primeira creche Municipal a ser criada foi a Creche Maria da Glória Rodrigues. Essa instituição era mantida pela Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (STAS). Durante esse período, o trabalho das creches era desenvolvido por Atendentes celetistas sem habilitação específica para a função, com a escolaridade mínima exigida de até a 4ª série primária.

Em 1990, com a criação da Lei Orgânica do Município de Cachoeirinha, promulgada em 03 de abril daquele ano, passou-se a estabelecer como exigência mínima para o ingresso dos profissionais docentes o concurso público com prova e títulos; a escolaridade mínima exigida ainda era de 4ª série primária. Essa lei também define algumas questões sobre a educação:

Art. 156 – A educação, direito de todos, dever do governo municipal e da sociedade, baseada nos princípios da democracia, liberdade de expressão, solidariedade e respeito aos direitos humanos, visará constituir-se instrumento de reflexão crítica da realidade e o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania. (CACHOEIRINHA, 1990)

O segundo concurso de Atendente de Creche foi realizado em 1994, com a obrigatoriedade mínima de Primeiro Grau completo e curso específico de Atendente de Creche, permitindo o ingresso de um número significativo de Atendentes de Creche.⁵

A partir de 1999, com a alteração da LDB, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com uma equipe itinerante específica para a Educação Infantil (uma enfermeira, uma

³ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430310&idtema=16&search=rio-grande-do-sul|cachoeirinha|sintese-das-informacoes>. Acesso em: 17/09/2016.

⁴ Disponível em: <http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/attachments/article/1398/Secretaria%20Municipal%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Dados%20Estat%C3%ADsticos.pdf>. Acesso em: 17/09/2016.

⁵ Disponível em: <http://c-mara-municipal-da-cachoeirinha.jusbrasil.com.br/legislacao/256975/lei-1428-94>. Acesso em: 17/09/2016.

psicopedagoga, uma psicóloga, uma nutricionista e uma supervisora pedagógica geral), assumiu a responsabilidade sobre as seis creches existentes e passou a organizá-las em uma estrutura de Escola Infantil. Foi criada a portaria de ingresso de crianças nas Escolas Infantis com critérios a serem observados no ato da matrícula, tendo como prioridade atender as mães que trabalhavam fora.

Em 2001, a Secretaria Municipal de Educação e Pesquisa (SMEP) montou uma equipe de assessoria multiprofissional, realizando visitas nas escolas para organizar, orientar e supervisionar o fazer pedagógico, centralizando o cuidar com o educar e o brincar. Nesse mesmo ano, iniciaram os estudos do Regimento da Educação Infantil e a construção da Proposta Político-Pedagógica de cada escola.

Com a troca da administração em 2001, foi instituída a eleição de diretores das Escolas Infantis através do Mandato Tampão, realizada em março daquele ano; nessa ocasião, a comunidade escolar teve a oportunidade de votar em quem iria administrar a sua escola por mais um ano, através de voto secreto. Também foram contratados novos profissionais com formação em Magistério para atuarem nas Escolas Infantis do Município.

Em 2003, os profissionais da educação, juntamente com a SMEP, construíram a Constituinte Escolar, que nortearia todas as Escolas Municipais: Infantis e Fundamentais. Naquele ano, foi realizado o quarto concurso, agora então para Atendente de Educação Infantil, tendo como exigência mínima o curso de Magistério, e a Proposta Político-Pedagógica de cada escola começava a se efetivar.

Em maio de 2004, foi instituída a eleição dos Conselhos Escolares nas Escolas de Educação Infantil, sendo realizada a primeira eleição em todas as Escolas Infantis. Neste mesmo ano, em outubro, foi instituída a lei da eleição de diretores nas Escolas Infantis, e a comunidade realizou a sua escolha da direção das escolas, dessa vez através de chapas e voto secreto.

Também nesse ano, a SMEP autorizou que os funcionários das Escolas Infantis do Município pudessem eleger, entre os colegas, o seu Articulador Pedagógico, que é a pessoa responsável pela orientação e coordenação pedagógica dentro da instituição.

Em 2007, o Município aprovou a Lei Complementar nº 10, de 11 de dezembro de 2007, que estabelece o Plano de Carreira dos Atendentes de Educação Infantil. Ele foi considerado uma grande conquista para os profissionais da área, pois a partir desse documento, obtiveram garantias em relação a férias, progressões por tempo de trabalho, qualificação profissional, reconhecimento de seu trabalho como docente e estímulo à formação continuada.

Em 2008, a nomenclatura da Secretaria Municipal de Educação e Pesquisa (SMEP) mudou para Secretaria Municipal de Educação (SMEd). Essa alteração foi feita pelo prefeito José Luiz Stédile.

Hoje o Município conta com uma cobertura de atendimento na Educação Infantil com 34,2% das crianças matriculadas na creche e 63,1% na pré-escola, segundo dados do Ministério Público do RS⁶.

Ainda não existe o concurso para Professor de Educação Infantil; quem realiza a função docente nesse nível da Educação Básica permanece sendo o Atendente de Educação Infantil, apesar de a legislação vigente dar margem para que o Professor atue em toda a Educação Básica.

⁶ http://www.mprs.mp.br/areas/mapa_social/arquivos/relatorios/sociais/SOC_177_177.pdf. Acesso em: 12/11/2016

3 COMO SE FEZ A TESSITURA METODOLÓGICA DESTE TRABALHO?

Este trabalho tem como foco principal realizar um estudo sobre o profissional de Educação Infantil no Município de Cachoeirinha, com o objetivo central de analisar de que maneira se constitui o profissional de Educação Infantil. Dessa forma, a questão problema é quem é esse profissional atuante dentro das Escolas de Educação Infantil, como compreende seu papel enquanto profissional, sua formação e sua função no contexto da instituição educativa.

Ao determinar o objeto de estudo, foi definida uma forma de desenvolver este trabalho, para se alcançar as respostas para as questões propostas. Como um suporte para essa busca, utilizo uma metodologia específica, a qual se adequa ao objetivo traçado. Víctora, Knauth e Hassen afirmam: “(...) cada tipo de metodologia traz consigo um conjunto de pressupostos sobre a realidade, bem como um instrumental, composto por uma série de conceitos, pelo treinamento do olhar e por técnicas de observação da realidade” (2000, p. 33).

Dessa forma, faz-se basilar o estudo sobre a realidade, pois, como os próprios autores apontam, é “(...) fundamental que tenhamos claro que as metodologias estão inexoravelmente vinculadas a teorias sobre a realidade” (2000, p. 34). Entendendo essa necessidade de organização e de compreensão do contexto em que se apresenta o estudo realizado, remeto-me a duas formas utilizadas para a realização da coleta de dados: **análise documental** e **entrevistas semiestruturadas**. A análise documental será composta pelo Plano de Carreira, tanto de Atendente de Educação Infantil, quanto o de Professor, assim como por seus respectivos editais de concurso público.

Entretanto, somente definir a maneira da coleta de dados não se faz suficiente, pois a questão está diretamente ligada ao modo de coleta e à análise destes. Compreendendo isso, optou-se por realizar essa pesquisa utilizando o **método qualitativo**, pois este:

(...) não tem qualquer utilidade na mensuração de fenómenos em grandes grupos, sendo basicamente úteis para quem busca entender o contexto onde algum fenômeno ocorre. Assim sendo, eles permitem a observação de vários elementos em um pequeno grupo. Esta abordagem é capaz de propiciar um conhecimento aprofundado de um evento, possibilitando a explicação de comportamentos (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000, p. 37)

A análise documental procura identificar as especificidades do trabalho do Atendente e do Professor. No que se refere à legislação municipal, utilizo para estudo os Planos de Carreira específicos – tanto os de Professor quanto os de Atendente de Educação Infantil –, buscando

semelhanças e divergências, e também os editais de seleção para o concurso público, sendo estes documentos que estabelecem os pré-requisitos para o ingresso e que apontam características quanto às atribuições, carga horária e remuneração. Essa análise se apresenta de maneira significativa.

Durante o processo de pesquisa para a definição dos documentos estudados, foi necessário o reconhecimento do histórico do Município, através do diálogo com o Sindicato dos Municipários de Cachoeirinha (SINCA), o qual se mostrou muito prestativo em auxiliar com a legislação e com outras questões pertinentes ao estudo.

Além da análise desses documentos, realizei entrevistas semiestruturadas com três profissionais atuantes nas EMEIs, buscando compreender a sua formação, as características de sua atuação profissional, sua função, valorização e remuneração. Assim, foram selecionadas três Atendentes de Educação Infantil com formação e tempo de atuação distintos; o pré-requisito estabelecido foi o tempo de atuação no Município: entre 0 e 7 anos; de 7 a 15; e mais de 15. Isso possibilita uma margem para compreender o processo histórico que esse profissional vem percorrendo na Educação Infantil Municipal.

As entrevistadas foram referidas neste trabalho como Atendente A, B e C; a Atendente A possui 3 anos de Município, a B possui 13 anos, e a C, 15 anos. Todas estavam lotadas na mesma instituição.

Essas entrevistas foram realizadas de maneira individual, com um roteiro pré-estabelecido, porém que nos permitia ampliar a discussão, caso surgisse algo; segundo Zago “(...) o interessante é acrescentar questões que a situação sugere quando estas têm relação com a problemática da pesquisa” (2003, p. 306). Esses momentos foram gravados e descritos, para que fosse possível realizar uma análise posterior de seu conteúdo.

Destaco a contribuição do Trabalho de Conclusão realizado por Franciele Nepomuceno Netto (2010), intitulado *A (Des) valorização do Magistério: os casos de Cachoeirinha e Porto Alegre*, realizado pela aluna na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Neste trabalho, a autora faz um estudo comparativo dos Planos de Carreira dos Professores dos Municípios de Cachoeirinha e Porto Alegre, levando em consideração princípios e definições do Magistério e da carreira; formação necessária para o exercício da profissão; jornada de trabalho; evoluções por merecimento e por tempo de carreira; licenças e férias. Nesta pesquisa, utilizei algumas dessas questões como referência para meu roteiro de entrevistas.

Para a realização das entrevistas, fez-se necessária a organização de um espaço adequado. Após um diálogo com a equipe diretiva, foi possível realizar essa etapa na própria Escola de Educação Infantil onde as três Atendentes estavam lotadas. Essas entrevistas se deram

no período de transição de turno de trabalho entre as profissionais da manhã e da tarde, pois é o momento em que as crianças seguem uma rotina de descanso. Dirigimo-nos para uma sala, na qual poderíamos conversar sem interrupções, num ambiente tranquilo, tendo como referência os pontos do roteiro de entrevista estabelecido.

Ao iniciamos as entrevistas, expliquei para as Atendentes qual a minha proposta de problematização sobre a função, o papel e o reconhecimento do profissional da Educação Infantil Municipal, e como isso se implica na prática. Na sequência, entreguei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e questionei sobre a possibilidade de gravar a entrevista, com o que todas concordaram – apesar de mostrarem inseguranças em torno dessa questão, indagando se esse registro não poderia ser utilizado como motivo ou argumento para um processo administrativo. Deparei-me com essa situação de insegurança e recorri novamente ao TCLE, o qual destaca o compromisso ético assumido enquanto pesquisadora com os sujeitos de pesquisa, garantindo seu sigilo e sua segurança.

Destaco que todo o aporte teórico apresentado dá sustento à construção do roteiro das entrevistas, bem como à análise dos documentos e das entrevistas, sugerindo uma possível resposta à minha pergunta de pesquisa inicial.

Assim, buscar aporte teórico e documental nas falas das entrevistas faz com que possamos identificar como se dão as relações entre instituição e funcionários, assim como a busca por uma melhor compreensão de seu papel, de sua função e dos sujeitos atuantes. Busca-se entender aqui:

A procura do entendimento da profissão e do trabalho do professor se tornou a busca de entendimento da razão histórico-social da profissão e do sujeito professor, o que nos possibilita a recuperação do sentido arraigado temporalmente e relacionado com uma visão particular dos sujeitos entrevistados sobre a profissão que exercem. (CASTRO; VILELA, 2003, p. 236)

É nessa perspectiva que busquei as falas das Atendentes: para entender e identificar quais as implicações desses processos nas suas concepções sobre seu papel e qual a repercussão de suas práticas no meio no qual estão inseridas.

Nesse sentido, compreendo serem relevantes as considerações de Zago (2003), no sentido de que são as ações do meio escolar que constroem uma especificidade nas instituições, que é resultado dos processos e das ações construídas nesses espaços. Assim, busco, no momento das entrevistas, entender como as implicações da função, do papel e do reconhecimento desse profissional foram construídas dentro deste Município.

Entender como se dá essa ação implica perceber como se desenvolve a função na Educação Infantil no dia a dia, e como esse profissional se sente em relação a isso. Pois, como

já apontei anteriormente neste trabalho, esta pesquisa surge de uma questão que me provoca como Atendente de Educação Infantil no Município de Cachoeirinha. É claro que, com isso, estarei realizando uma análise muito micro dentro de um sistema de Educação Municipal que já perpassa décadas até alcançar o que se tem hoje. Concordo com Zago quando ressalta:

A regra é respeitar princípios éticos e de objetividade na pesquisa, bem como garantir as condições que favoreçam uma melhor aproximação da realidade estudada, pois sabemos que nenhum método dá conta de captar o problema em todas as suas dimensões (ZAGO, 2003, p. 294)

A partir dessas construções, busco alcançar os objetivos propostos neste trabalho, que são o de compreender a função, o papel e o reconhecimento deste profissional da Educação Infantil e as suas implicações na prática, a fim de contribuir para as lutas por uma Educação Infantil de qualidade e por um reconhecimento desse profissional.

4 DO ATENDENTE AO PROFESSOR

Aqui serão discutidos os aportes teóricos e os conceitos utilizados como lentes para este trabalho. Assim, serão utilizados os conceitos de *profissionalidade docente*, compreendendo a ação junto às crianças e os processos que essa ação perpassa. Também será abordado o estudo sobre a docência na Educação Infantil, compreendendo-a como um articulador entre o binômio cuidar/educar, que se configura na articulação da teoria e prática na Educação Infantil.

4.1 A PROFISSIONALIDADE E A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente há uma relação entre mulheres e docência, pois ser Professora de crianças pequenas sempre nos remeteu a mulheres meigas, carinhosas, doces e afetivas. Trata-se de um estereótipo construído a partir de uma cultura na qual as mulheres eram donas de casa e cuidavam dos filhos.

Cerisara (1996) ressalta que esta é “uma profissão que contém o que socialmente tem se convencionalizado chamar de práticas domésticas femininas” (1996, p. 3). Mescla-se a profissional com a mãe, principalmente quando falamos de crianças pequenas, cujas práticas diárias de cuidados com higiene e alimentação, assim como as relações de afeto construídas se confundem e se fundem com as funções maternas.

A partir da revolução industrial, as mulheres tiveram abertura para o ingresso no mercado de trabalho e deveriam destinar seus filhos a espaços de cuidado e assistência. Dessa forma, iniciaram-se algumas instituições voltadas para esse atendimento de assistência às crianças durante a jornada de trabalho das mães.

Um exemplo desses espaços é citado por Campos: “As Casas da Criança, criadas no Rio de Janeiro na década de 80, empregavam serventes e merendeiras para cuidar e ‘educar’ crianças de 3 a 6 anos de idade em horário integral.” (CAMPOS, 1994, p. 39) Essas instituições muitas vezes eram anexas às próprias empresas, que buscavam estimular a mão de obra feminina, já que o custo era menor.

A mulher, vista como esteio da família, tornou-se uma peça chave, uma aliada para este novo modelo de organização social. Neste sentido, a creche se apresentou como uma instituição educacional que permitiria à mãe ter onde deixar seu filho enquanto trabalhasse, sem precisar abandoná-lo na casa dos expostos ou enviá-lo para os cuidados de uma ama de leite, como se praticava em alguns países europeus. (KUHLMANN; FERNANDES, 2012, p. 33)

Assim, começou-se a pensar esse espaço como um local onde se poderia proporcionar a essas crianças múltiplos estímulos e intervenções, para que estas se desenvolvessem e construíssem determinados valores. Em muitos casos, esses espaços eram vinculados a organizações religiosas, as quais pregavam seus valores e sua crença.

Após um grande processo de transformações sociais e culturais, através dos múltiplos movimentos de luta, reconheceu-se nas creches e nos jardins de infância seu caráter educativo. Esses locais passaram a ser compreendidos como um espaço educativo tendo como objetivo central o desenvolvimento integral da criança.

Atualmente a Educação Infantil compõe a primeira etapa da Educação Básica, já presente na Constituição Federal de 1988 e pela LDB de 1996 como dever do Estado e direito de toda criança de 0 a 6 anos, com a finalidade de atendimento integral.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Essa definição nos remete a uma série de regulamentações acerca das estruturas dessas instituições, dos profissionais atuantes e de inúmeros outros fatores que, juntos, compõem esse nível de ensino.

Com as alterações políticas, históricas, econômicas, sociais e culturais, esse espaço foi se transformando, e os profissionais atuantes também. Estes passaram, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a ter uma formação mínima; da mesma forma, essas instituições, que anteriormente realizavam somente práticas de cuidado em creches e práticas escolares em jardins de infância, passaram a possuir uma concepção de educação para as crianças de 0 a 6 anos, com a sua inclusão na Educação Básica.

A Diretriz Curricular Nacional da Educação Infantil (DCNEI – BRASIL, 2009) aponta:

Sua forma de organização é variada, podendo constituir unidade independente ou integrar instituição que cuida da Educação Básica, atender faixas etárias diversas nos termos da Lei 9.394/96, em jornada integral de, no mínimo, 7 horas diárias, ou parcial de, no mínimo, 4 horas, seguindo o proposto na Lei 11.494/2007 (FUNDEB), sempre no período diurno, devendo o poder público oferecer vagas próximo à residência das crianças (Lei nº 8.069/90 art. 53). Independente das nomenclaturas diversas que adotam (...), estrutura e funcionamento de atendimento deve garantir que estas unidades sejam espaço de educação coletiva. (BRASIL, 2009, p. 4-5)

Essas regulamentações fazem com que se concretize um espaço de construção do processo de educação coletiva. Porém, há profissionais que irão interagir com essa estrutura e com esse funcionamento, e que devem estar capacitados para exercer a profissão na sua plenitude, dando aderência e significado às questões legais, ao processo histórico implícito e à articulação no cuidar/educar.

Compreendendo essa questão, proponho-me aqui a discutir quem é esse profissional. Para realizar essa discussão, tomo como base alguns autores e autoras que me auxiliaram a refletir sobre a compreensão em relação a esses temas, elaborando alguns conceitos que são de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho.

O título deste trabalho traz presente um estudo sobre o profissional da Educação Infantil. Para que possamos analisá-lo, é imprescindível que compreendamos de que tipo de profissionalidade estamos falando; assim, utilizo-me do conceito empregado por Oliveira-Formosinho.

O conceito de profissionalidade docente diz respeito à ação profissional integrada que a pessoa da educadora desenvolve junto das crianças e das famílias com base nos seus conhecimentos, competências e sentimentos, assumindo a dimensão moral da profissão. (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2002, p. 133)

Porém, o que aqui nos coloca em questionamento é como essa profissionalidade se manifesta nas múltiplas compreensões de educação e dessa docência direcionada ao trabalho com crianças pequenas. Para o profissional da Educação Infantil, são atribuídas múltiplas funções, em virtude da *vulnerabilidade da criança*⁷, como aponta Formosinho-Oliveira (2002), pois ela ainda está no processo de construção de múltiplos conhecimentos básicos para a sobrevivência, desde da alimentação até sua própria higiene. Além disso, essas crianças muitas vezes permanecem até 12 horas dentro das Escolas de Educação infantil, estabelecendo a maioria de suas relações diárias de aprendizagem com os profissionais que ali estão. Essa é uma das questões fundamentais na compreensão da profissionalidade, pois:

Evidentemente o papel dos professores das crianças pequenas é, em muitos aspectos, similar ao papel dos outros professores, mas é diferente em muitos outros. Estes aspectos diferenciadores configuram uma profissionalidade específica no trabalho das educadoras de infância. Os próprios actores envolvidos na educação e infância têm sentimentos mistos no que se refere à questão de serem iguais ou diferentes dos outros professores do ensino primário. (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2002, p. 133)

⁷ A criança aparece como pequena, débil, desprovida de poder contratual, incapaz de proceder por si mesma, isto é, imatura. (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2002, p. 136)

Essa confusão possibilita uma (des) valorização, por se tratar de um profissional que, em suas práticas pedagógicas, não aborda conteúdos, datas, fórmulas ou regras, mas sim uma dinâmica de construção do *eu* e de suas particularidades, hábitos, costumes e múltiplas aprendizagens sobre a vida e a cultura, procurando desenvolver sujeitos autônomos. Dessa forma:

(...) à docência na Educação Infantil coloca-se como um trabalho profissional que assume questões comuns às outras etapas da educação, mas busca consolidar aspectos que adquirem um acento diferenciado demandado tanto pelo desenho de trabalho da Educação Infantil quanto pelo reconhecimento da criança como sujeito nesse processo, exigindo novas configurações. (GOMES, 2015, p. 24)

Ao entender esse acento diferenciado e suas novas configurações a partir da compreensão da docência na Educação Infantil, que se configuram como práticas de compreensão de si como sujeito, deve-se ter muito claro que a articulação das práticas de cuidado e educação é indissociável. Portanto, isso deve estar embasado por campos teóricos que promovem a complexidade das situações educativas.

Desta maneira, parto do princípio de que uma Pedagogia da Educação Infantil caracteriza-se por sua especificidade no âmbito da Pedagogia (em seu sentido mais amplo), uma vez que a meu ver o objeto desta está essencialmente ligado a toda e qualquer situação educativa (como organização, estruturas implícitas, práticas etc.). (ROCHA, 2001, p. 1)

Essas práticas consistem no binômio cuidar/educar, que se traduz em uma Pedagogia específica para a Educação Infantil. Porém, a historicidade da Educação Infantil traz uma marca vinculada à assistência, já que os profissionais atuantes das primeiras instituições eram enfermeiros, serventes e merendeiras, e suas atribuições se pautavam nas práticas de higiene e alimentação.

As primeiras preocupações destas instituições eram com a alimentação, os cuidados da higiene e a segurança física, sendo pouco valorizado o trabalho de desenvolvimento intelectual e afetivo com as crianças, o que evidencia mais uma vez, a secundarização do aspecto pedagógico. (MARAFON, 2012, p. 12)

Essa concepção se tornou muito questionada pelos pioneiros da Escola Nova, que lutavam pelo reconhecimento, pela valorização e pelo comprometimento com os processos pedagógicos que essas instituições poderiam proporcionar às crianças, criando assim um vínculo entre os processos de assistência e os pedagógicos.

Somente a partir da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996 é que se concretizou a importância e a função das creches e dos jardins de infância. Eles foram instituídos, e foram criadas as Escolas de Educação Infantil, as quais atendiam crianças de 0 a 6 anos, consolidando uma concepção de currículo a partir da revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009). Segundo Barbosa:

As diretrizes apresentam a escola de educação infantil como um espaço educacional que tem o importante papel de compartilhar, de forma indissociável, a educação e cuidado das crianças pequenas com suas famílias. (BARBOSA, 2010, p. 3)

Nesse sentido, a Educação Infantil, para além das suas atribuições institucionais, tem uma dimensão compartilhada e articulada, com uma função social muito definida. Esta se dá na socialização, dando um suporte às práticas entre o cuidar e o educar, compreendendo o espaço no qual a criança está envolvida.

Essa concepção está documentada quando se propõe a concepção de currículo na Educação Infantil:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades. (BRASIL, 2009, p. 85)

Porém, esse processo não se deu de maneira espontânea, pois é perpassado por determinadas compreensões do que se entende pelas práticas ali estabelecidas. Assim, defendendo que a questão principal está em entender como o cuidar e o educar se relacionam, podendo perceber como se dá essa docência na Educação Infantil.

O cuidado como uma dimensão fundamental da educação tem sido estudado e problematizado no campo da Educação Básica. No que se refere ao tema *cuidado*, Boff (1999) apresenta:

Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro. (BOFF, 1999, p. 32)

No momento em que se expressa que as práticas educativas na Educação Infantil se configuram também como um cuidar, estabelece-se uma relação de afeto. O docente, nesse espaço – principalmente por se tratar de crianças pequenas –, cria vínculo fraterno, resultante

da sua dependência física e intelectual, que faz com que se tenha um contato muito mais significativo e direto entre criança e adulto.

Ao reconhecer que o cuidado está implicado nos diversos processos educacionais, destaca-se a especificidade da Educação Infantil em relação às outras etapas da Educação Básica, que muitas vezes desconsideram essa dimensão fundamental nas práticas educativas.

Isso contradiz o próprio conceito de educação, que aqui é compreendido como:

[...] em seu sentido mais amplo, a educação consiste na apropriação da cultura. Esta, entendida também de forma ampla, envolve conhecimentos, informações, valores, crenças, ciência, arte, tecnologia, filosofia, direito, costumes, tudo enfim que o homem produz em sua transcendência da natureza. (PARO, 2010, p. 25)

Esse processo de apropriação da cultura se dá de forma direta na relação com o meio, acompanhado de múltiplas propostas e formas dessa apropriação, buscando refletir sobre as questões que nos cercam e compreender a sua relação, contribuição e compreensão do que o circunda.

Os dois conceitos – cuidar/educar – se articulam e são indissociáveis no momento em que se compreende que a Educação Infantil se dá dentro de um processo de socialização. Nele, as relações interpessoais é que dão o suporte para a trocas que possibilitam a apropriação da cultura e a sua problematização perante hábitos sociais e culturais.

Para isso, a ação docente na Educação Infantil deve nos remeter a um planejamento da rotina escolar e a um olhar diferenciado para as práticas de cuidado e educação, pois estas somente têm sentido em atitudes concretas se entendidas como fundamentais para a construção dos sujeitos de maneira indissociável.

Dessa forma, faz-se relevante trazer a compreensão de Barbosa:

A tarefa dessa pedagogia da pequeníssima infância é articular dois campos teóricos: o cuidado e da educação, procurando que cada ato pedagógico, cada palavra proferida tenha significado, tanto no contexto do cuidado – como ato de atenção aquilo que temos de humano e singular – como de educação, processo de inserção dos seres humanos, de forma crítica, no mundo já existente. (BARBOSA, 2010, p. 5)

Esse conceito nos aponta claramente que a ação docente na Educação Infantil deve compreender essa função social, na qual as interações e as relações é que se desenvolvem a partir de hábitos e reflexões sobre o que nos rodeia. Contudo, isso “(...) exige a articulação dos campos teóricos da educação e do cuidado com todas as interfases cabíveis para a garantia da complexidade das ações (...)” (GOMES, 2015, p. 8).

Nesse ponto firma-se a importância do profissional da Educação Infantil, o qual contribui para que a articulação desses dois campos teóricos se dê de forma significativa. Ele também permite que o conceito possa ser repensado e compreendido pela criança, possibilitando que ela realize escolhas e reflita sobre o que a cerca.

Para que isso seja possível, tem-se uma legislação que propõe uma formação mínima para esse docente, conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases, no seu Artigo 62:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996)

Compreendendo essa formação docente como base para a Educação Básica, reconhece-se que são necessários entendimentos e fundamentos com bases teóricas das práticas educativas com as crianças pequenas.

Porém, a legislação não nos basta para que esse profissional tenha uma compreensão do seu fazer docente. É necessário que ele compreenda como se dá o processo educativo, articulado com as demandas necessárias para o seu desenvolvimento. Compreendo aqui que o papel do docente é permeado por uma infinidade de momentos afetivos, cognitivos, sensoriais, teóricos; enfim, ele desenvolve de forma ampla o seu papel. Segundo Oliveira-Formosinho:

Esta globalidade da educação da criança pequena – que reflete a forma holística pela qual a criança aprende e se desenvolve -, e a perspectivação da criança como um projecto, levam a que a educadora de infância desempenhe uma enorme diversidade de tarefas e tenha um *papel abrangente* com fronteiras pouco definidas. (...) Há, assim, na educação de infância uma *interligação profunda entre educação e “cuidados”*, entre função pedagógica e função de cuidados e custódia, o que alarga naturalmente o papel da educadora por comparação como dos professores de outros níveis educativos. (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2002, p. 137)

Para que isso seja possível, retomo novamente que uma formação voltada para múltiplos momentos e possibilidades auxilia na prática com o coletivo, pois se a docente não possuir uma ampla construção teórica estruturada, coloca-se em risco um processo de fundamental importância: o aporte ao binômio cuidar/educar posto no nível da Educação Infantil. Barreto afirma:

A formação do professor é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade adequados na educação, qualquer que seja o grau ou modalidade. No caso da educação de crianças menores, vários estudos internacionais têm apontado que a capacitação específica do profissional é uma das variáveis que maiores impactos causam sobre a qualidade do atendimento (...) (BARRETO, 1994, p. 11)

Compreende-se, assim, que a formação se torna indispensável para uma busca de qualidade do atendimento nas instituições de Educação Infantil. Dentro dessa questão, é imprescindível a discussão sobre a promoção da formação continuada, pois a constante reflexão e a compreensão da sociedade e da sua própria prática possibilitam abrir novos momentos de formação e explorações dos recursos para sua qualificação.

Para que essa formação possa ter caráter de abertura e reflexão, é de fundamental importância que esse processo seja significativo dentro da sua proposta docente, pois:

Trata-se, portanto, de utilizar no âmbito da complexa tarefa de aprendizagem profissional das educadoras uma perspectiva teórica que acentua que o desenvolvimento do ser humano tem a ver, directa e indirectamente com os seus “contextos vivenciais”. (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2002, p. 141)

Esses “contextos vivenciais” dos quais a autora fala podem exemplificar e expressar quais as lacunas existentes e como esses docentes leem a sua realidade, podendo assim realizar interferências com significado nas suas práticas diárias. Este é então levado a um melhor entendimento do seu papel dentro dessa instituição, a fim de se entender como um profissional docente da Educação Infantil.

Logo, podemos compreender que a Educação Infantil se configura dentro de um processo de educação organizado por uma legislação de âmbito nacional. Ela deve possuir docentes que exerçam uma profissionalidade, que compreendam a sua função, assim como o seu papel, possibilitando uma experiência de formação – tanto inicial, quanto continuada – que contribua na articulação das teorias e práticas, a fim de aprimorá-las e questioná-las constantemente.

5 ENTRE A LEGISLAÇÃO E A SUA EFETIVAÇÃO

Nesta parte do texto, realizei a análise dos documentos já explicitados no capítulo anterior: os Planos de Carreira dos Atendentes de Educação Infantil e dos Professores, e seus respectivos editais. Procuro olhá-los com as lentes teóricas e com os conceitos-base aqui já referenciados, buscando quais as especificidades em torno da função, do papel e do reconhecimento dos profissionais da Educação Infantil.

5.1 A LEGISLAÇÃO EM TORNO DO PAPEL, DA FUNÇÃO E DO RECONHECIMENTO

No ano de 2007, os Atendentes de Educação Infantil, juntamente com o Sindicato dos Municipários de Cachoeirinha, travaram uma luta, exigindo um Plano de Carreira que lhes permitisse ter seus direitos garantidos e sua função reconhecida como tal. Esse documento, neste trabalho, auxilia-nos a perceber como a função, o reconhecimento e a valorização desses profissionais estão presentes.

Nesse sentido, os dois documentos foram analisados, buscando comparar os Planos de Carreira do Professor e do Atendente, procurando identificar quais as especificidades de cada função, a fim de abordar esses três itens.

Quadro 1: Quadro de Análise dos Planos de Carreira de Atendente de Ed. Infantil e de Professor, do Município de Cachoeirinha.

	Definições da carreira	Formação inicial	Jornada de trabalho	Salário base	Férias	Qualificação profissional
Plano de carreira: dos Servidores Municipais da Educação Infantil Lei complementar N.º 10, de 11 de dezembro de 2007.	Art. 32º III - (...) atuação em atividades com fins de atingir cuidados especiais como alimentação, saúde, afeto, vestuário, proteção, à integridade física e mental, bem como práticas educativas e lúdicas como docente (...)	Art.14º I- Nível I: escolaridade específica de ensino médio em magistério, obtida em curso de quatro ou três séries, com estágio.	Art. 33º. O regime normal de trabalho do Pessoal da Educação Infantil Pública Municipal é de trinta (30) horas semanais.	R\$ 2.208,18	Art. 40º As férias anuais do Servidor de Educação Infantil Pública Municipais são de trinta (30) dias úteis, preferencialmente consecutivos (...) e o respectivo gozo deve ocorrer preferencialmente, no mês de janeiro de cada ano.	Art. 42º. A qualificação profissional, com base na valorização do membro efetivo da Educação Infantil, compreenderá programas de aperfeiçoamento ou de especialização, constituídos de segmentos teóricos e práticos, voltados para o aprimoramento da Educação Infantil Municipal e do desenvolvimento funcional.
Plano de carreira: do Magistério Público Municipal Lei nº 2264, de 29 de abril de 2004.	Art. 3º. III Professor – o membro da Magistério Público Municipal que exerce atividades docentes, oportunizando a educação do aluno.	Art. 9º. Nível I – habilitação específica no ensino médio – magistério (antigo 2º grau) obtida em curso de três séries seguidas de estágio;	Art. 19º O regime normal de trabalho do Pessoal do Magistério Público Municipal é de vinte (20) horas semanais.	R\$ 1.159,70	Art. 25º As férias anuais do membro da Magistério serão de 30 (trinta) dias, (...) e o respectivo gozo deverá coincidir, preferencialmente com o recesso escolar.	Art. 26º A qualificação profissional, com base na valorização do membro efetivo do magistério, compreenderá programas de aperfeiçoamento ou de especialização, constituídos de segmentos teóricos e práticos, voltados para o aprimoramento do sistema de ensino Municipal e do desenvolvimento funcional.

MULLER, Betina Isabel Henz

Fontes: Plano de carreira do magistério Público Municipal

<<http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/attachments/article/1570/2264.pdf>> Acesso em: 12/11/2016.

Plano de Carreira dos Servidores Municipais da Educação Infantil. <

[http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/attachments/article/1570/10%20Plano%20de%20Carreira%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil%20\(compilado\).pdf](http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/attachments/article/1570/10%20Plano%20de%20Carreira%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil%20(compilado).pdf)> Acesso em: 12/11/2016.

Tabela de salários Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, provimento efetivo set/2016. <
<http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/index.php/informacoes-funcionais>> Acesso em: 12/11/2016.

Ao analisar o quadro comparativo entre os Planos de Carreira, é possível perceber semelhanças e diferenças significativas, nos múltiplos quesitos adotados para análise: definições da carreira, formação inicial, jornada de trabalho, salário base, férias e qualificação profissional.

No que se refere às definições de carreira, no caso do Atendente, fica evidente o binômio cuidar/educar, assim como se ressalta o caráter docente de seu papel nas atividades lúdicas e educativas. Esse caráter docente também está presente na função do Professor. A partir desse entendimento, seria possível apontar que no texto do Plano de Carreira consta **que ambos exercem a docência, porém adaptada às especificidades de seu nível de atuação.**

Referente à formação inicial, ambos possuem o mesmo pré-requisito de formação, atendendo ao que está posto na LDB de 1996, na qual se tem como formação mínima para qualquer profissional da Educação Básica o Magistério ou Curso Normal em Nível Médio.

Ao discutirmos a questão da docência na Educação Infantil, a partir do conceito de Gomes (2015), ressalta-se a importância de se ter muito claro que a articulação das práticas de cuidado e educação são indissociáveis, portanto estão articuladas com os campos teóricos e promovem a complexidade das ações diárias. Para isso, deve-se possuir uma formação inicial que possibilite tal ação.

A questão da formação inicial e continuada é discutida neste trabalho como sendo de fundamental importância para que os docentes possam ter um aporte teórico quanto às suas práticas referentes à demanda, assim como possam refletir constantemente sobre suas ações.

É importante ressaltar que ambos os Planos apresentam propostas de estímulo à formação inicial (Graduação) e continuada (*stricto sensu*, *lato sensu* e cursos diversos), para que se possibilite qualificação profissional.

Em relação à jornada de trabalho, os dois planos se diferem ao ponto de o Professor ter de cumprir uma carga horária semanal de 20 horas e o Atendente, de 30 horas semanais. Compreendo que nesse momento é de extrema importância trazermos o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o qual, no Art. 318, afirma: “ Num mesmo estabelecimento de ensino não poderá o Professor dar, por dia, mais de 4 (quatro) aulas consecutivas, nem mais de 6 (seis), intercaladas.”.

Contrapondo-se a essa lei trabalhista voltada direta e unicamente ao Professor, temos a função de Atendente, a qual possui uma carga horária de 6 horas consecutivas. Espero que este seja um ponto marcante para retornarmos à questão das definições, em que aparece evidente a

função docente para ambos os profissionais; no entanto, em suas jornadas de trabalho há divergências. É preciso levar em consideração que a legislação trabalhista está se referindo especificamente aos Professores; os Atendentes não são contemplados, ainda que exerçam as mesmas funções.

Essa lei trabalhista também obrigaria ao Município a contratação de mais profissionais, uma vez que as Escolas de Educação Infantil permanecem em funcionamento 12h diárias; logo, são necessárias duas profissionais: cada uma cumpre uma jornada de 6h diárias. Caso estas fossem intituladas Professoras, isso exigiria a contratação de mais profissionais, ocasionando um custo maior para o Município.

Na questão salarial, o valor base para Atendente de Educação no Nível I é de R\$ 2.208,18, e o do Professor, no mesmo nível, é de R\$ 1.159,70. Quando se olha dessa maneira, parece-nos ficar explícito que os Atendentes recebem um salário justo, considerando sua carga horária e formação. No entanto, existem duas questões que se escondem atrás desses números. A primeira diz respeito ao que se compreende por nível em cada Plano de Carreira. No documento do Atendente consta:

Art. 14. Os níveis do cargo de Atendente de Educação Infantil correspondem ao grau de escolaridade do Servidor, assim distribuídos:

I - Nível I: escolaridade específica de ensino médio em magistério, obtida em curso de quatro ou três séries, com estágio;

II - Nível II: escolaridade específica de ensino superior, representada por licenciatura plena em curso de longa duração, ou outras graduações das áreas afins da educação;

III - Nível III: escolaridade específica obtida em curso de pós-graduação “*stricto sensu*” ou “*latu sensu*”, com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, desde que na área de Educação, tais como: Pedagogia, Psicopedagogia ou Educação Ambiental.

No do Professor:

Art. 9º - Os níveis constituem a linha de habilitação do membro do Magistério Público Municipal, como segue:

Nível I – habilitação específica no ensino médio – magistério (antigo 2º grau) obtida em curso de três séries, seguidas de estágio;

Nível II – habilitação específica ensino médio – magistério (antigo 2º grau), obtida em curso de quatro ou três séries, com estágio, seguidas de estudos adicionais, correspondentes, no mínimo, a um ano letivo;

Nível III – habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau, obtida em curso de curta duração;

Nível IV – habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura plena, em curso de longa duração;

Nível V – Habilidade específica obtida em curso de pós-graduação de Especialização “*strictu sensu*” ou “*latu sensu*”, com duração mínima de 360 horas, desde que na área de Educação.

Ao olharmos mais detalhadamente, percebemos que a formação solicitada para o Atendente Nível I é a mesma solicitada para os Níveis I e II do Plano dos Professores, sendo que no Nível II, na tabela de valores do Município de 2016, o Professor recebe o equivalente a R\$ R\$ 1.391,50. Também podemos observar que o Nível II para os Atendentes (com um salário de R\$ 2.429,00) é equivalente aos Níveis III e IV dos Professores (com um salário de R\$ 1.669,88 e R\$ 2.003,81, respectivamente).

Em um segundo momento, podemos analisar o salário x hora/aula. Vamos tomar como base o valor salarial do Nível II dos Atendentes – que é de R\$ 2.429,00 – e o do Nível IV dos Professores – R\$ 2.003,81 – e dividir pela hora aula mensal. Se considerarmos, por exemplo, que o mês tem quatro semanas, o Professor terá 80 horas mensais de atividade; dividindo esse valor pelo seu salário, sua hora/aula terá um valor de R\$ 25,05, aproximadamente. Já o Atendente tem uma carga horária de 120 horas mensais; divididas por seu salário, ele receberá R\$ 20,24 por hora.

Esse cálculo base nos possibilita problematizar que, se ambos os profissionais têm a mesma formação, possuem funções docentes, porém os valores da hora/aula se diferem por exercerem suas práticas em níveis distintos, os Atendentes não recebem o reconhecimento necessário no que se refere ao salário como profissional. Esse exemplo se enquadra perfeitamente naquilo que Campos (1994) coloca:

Por outro lado, por serem profissionais que trabalham com alunos muito pequenos, o prestígio e salário das professoras de pré-escola costumam ser mais baixos do que o de professores que se ocupam de outras faixas etárias: quanto menor a criança, menor o “status” de seu educador (CAMPOS, 1994, p. 33)

Nesse sentido, podemos considerar uma desvalorização com relação aos Atendentes de Educação Infantil em oposição aos Professores, já que possuem uma carga horária maior e um valor menor por hora/aula. Essa questão deixa explícita a falta de reconhecimento desse cargo como docente – apesar de se exigirem as práticas educativas dos Atendentes, os quais executam atividades pedagógicas e possuem uma constante qualificação profissional.

Nos demais itens, como férias e qualificação profissional, os documentos são equivalentes, dando mais uma confirmação do que foi apontado anteriormente – isto é, com base nos Planos de Carreira, ambos profissionais exercem a docência, mas não são tratados igualmente no que se refere ao reconhecimento profissional e salarial.

Outro documento que tem grande valia para a discussão são os editais de seleção dos Atendentes de Educação Infantil e dos Professores, aos quais eles se submetem para ingresso. Estes terão dois itens de análise: os requisitos e as atribuições.

Quadro 2: Quadro Comparativo dos Editais de Seleção para Professores e Atendentes de Educação Infantil.

Edital de Seleção Professores:
Requisitos: Curso Normal em Nível Médio (Magistério) ou Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação das séries Iniciais do Ensino Fundamental. Idade mínima 18 anos.
Atribuições: Planejar, executar e controlar a programação pela qual é responsável, a partir do Plano Global da Escola; conhecer, cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no Regimento da Escola; orientar turmas, dirigir estudos e atividades dos alunos ou professores; manter atualizados os diários de classes; Cooperar em todas as atividades curriculares que visem melhoria do processo educativo e integração Escola Família-Comunidade; Ser assíduo, pontual; Colaborar com a disciplina geral da Escola; Zelar pelo patrimônio da Escola; Participar de reuniões, sessões de estudo, cursos, palestras; Pesquisar novos métodos e técnicas de ensino; Orientar-se pela filosofia da Escola.
Edital de seleção para Atendente de Ed. Infantil
Requisitos: Curso Normal em Nível Médio (Magistério) ou Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação das séries Iniciais do Ensino Fundamental. Idade mínima 18 anos.
Atribuições: Auxiliar no processo de execução, avaliação e registro da ação educativa (...); Comprometer-se com os projetos da instituição, responsabilizando-se pela implantação e qualidade da aprendizagem; Integrar o conselho (...); Participar (...) das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Participar de todo o processo avaliativo da escola, respeitando o regimento escolar e prazos estabelecidos em cronograma; Participar dos momentos de formação (...); Participar dos processos de eleição desencadeados na escola; Responsabilizar-se pela conservação de todos os espaços físicos bem como de materiais existentes na escola e que são patrimônio de uso coletivo; Cumprir as atribuições disciplinadas no plano político pedagógico da escola e no Regimento Escolar, bem como na legislação vigente; Estabelecer um novo olhar diante das crianças, diante das questões de infância e concretizar os direitos apontados no Estatuto da Criança e do Adolescente; Conhecer a criança na sua individualidade, buscando também compreender a cultura em que elas estão inseridas; Estabelecer um processo permanente de ação-reflexão-ação que desencadeie a busca de integração, formação e conhecimento dos processos vividos pelas crianças de 0 a 6 anos; Possibilitar a interação entre as crianças (...); contribuir para o processo de autoconhecimento das crianças (...); Estimular a fantasia e a imaginação (...); Desenvolver o processo lúdico, prazeroso, recreativo e expressivo da criança (...); Articular diferentes abordagens temáticas, propiciando vivências de situações concretas através de passeios, visitas e festividades; Desenvolver ações que expressem a dimensão pedagógica prazerosa nos momentos de alimentação e higiene da criança (...); Proceder cuidados em relação às necessidades de higiene da criança (...); Responsabilizar-se pelo cotidiano da criança no período escolar viabilizando meios que garantem o seu bem-estar e pronto atendimento. Executar atividades diárias com recreação de crianças e trabalhos educacionais de artes diversas; Acompanhar as crianças em passeios visitas e festividades sociais; Auxiliar na alimentação e servir refeições; Auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora; Observar a saúde e o bem-estar das crianças, levando-as, quando necessário, para o atendimento médico ambulatorial; Ministrando medicamentos conforme prescrição médica e prestar primeiros socorros cientificando o superior imediato da ocorrência; Orientar os pais quanto à higiene infantil comunicando-lhes os acontecimentos do dia; Levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer acidente ocorrido; Zelar e manter o cuidado das crianças confiando-as a responsabilidade aos seus substitutos quando afastar-se ou ao final do período de atendimento; Apurar a frequência diária e mensal das crianças efetuando seus registros; Executar tarefas afins; O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados e atividades afins.

Autor: MULLER, Betina Isabel Henz

Fontes: Concurso Público, edital de abertura 01/2016. <

http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/attachments/article/1912/Edital_de_Abertura_01_2016%20Cachoeirinha%20-%20Fun.%20M%C3%A9d.%20T%C3%A9c.%20FINAL%202.pdf> Acesso em: 12/11/2016.

Concurso Público, edital de abertura 01/2016. <

http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/attachments/article/1912/Edital_de_Abertura_03_2016%20Cachoeirinha%20-%20PROFESSORES%20-%20FINAL.pdf> Acesso em: 12/11/2016.

Nesse documento encontramos novamente a questão referente à formação discutida anteriormente. Além disso, aqui estão especificadas as atribuições que cada profissional deve executar, suas responsabilidades e funções.

Ao observar as atribuições dos Professores, podemos perceber que se baseiam muito nas atividades curriculares teóricas e burocráticas, citando diversas vezes documentos

norteadores escolares. Outro aspecto se refere a cursos de aperfeiçoamento e atividades que os levem a serem considerados como pensadores de uma proposta educativa; conforme consta no documento, ele deve “pesquisar novos métodos e técnicas de ensino”.

Também é possível destacar, no edital dos Professores, termos que indicam que ele está inserido nas construções pedagógicas e nos documentos norteadores da escola, expressando a autonomia referente ao que irá permear o processo de ensino-aprendizagem, tanto na sala de aula quanto na escola, destacando uma atuação significativa perante a comunidade escolar e as decisões da escola.

Já nas atribuições dos Atendentes designadas no edital, observa-se um caráter mais prático, em que aspectos como o brincar, a higiene, a alimentação são de bastante ênfase. O seu caráter docente se mantém implícito dentro do binômio cuidar/educar, que aqui é exemplificado através de auxílio para execução de atividades de cuidado consigo e com os demais, nas práticas lúdicas e fantasiosas.

Percebe-se também que os verbos utilizados dão a entender que o profissional Atendente é um sujeito inserido dentro dos documentos norteadores e burocráticos das instituições. Em momento algum é apontada uma autonomia perante sua ação docente, sempre sendo referido como participante. Também se apresenta de forma muito clara, no edital do Atendente, a dicotomia entre cuidar e educar; esses processos aparecem como sendo dissociáveis nos momentos em que apresentam um ou outro, citando tarefas comuns do cuidar em alguns momentos, e em outros as práticas pedagógicas.

Nesse momento, compreendo ser pertinente resgatar a discussão realizada anteriormente neste trabalho, referente à ação docente. Esta consiste nas práticas de cuidar/educar, articuladas por uma construção teórica, a fim de um reconhecimento da docência na Educação Infantil, visando uma melhor qualidade nesse nível.

Sobre essa dicotomia em torno da docência da Educação Infantil, é importante afirmar que ela é considerada uma questão já consolidada em termos legais e teóricos; porém, aqui vemos essa contradição entre os documentos. Nos Planos de Carreira, são apresentados profissionais com função docente, que consiste na execução de tarefas comuns aos Professores das múltiplas faixas etárias, mas com um acento diferenciado, abordando a especificidade da Educação Infantil, que se caracteriza pela ação do cuidar/educar.

Inclusive, pode-se aqui resgatar a concepção de Escola de Educação Infantil citada por Barbosa (2010), referindo-se às DCNEI (2009):

As diretrizes apresentam a escola de educação infantil como um espaço educacional que tem o importante papel de compartilhar, de forma indissociável, a educação e cuidado das crianças pequenas com suas famílias. (BARBOSA, 2010, p. 3)

Esse fragmento se articula perfeitamente com o que é apresentado nos editais de seleção de ambos, em que o Professor exerce uma função pedagógica e, no caso específico, o Atendente possui a sua função voltada para as questões “práticas”. Apesar de a legislação nacional e a municipal preverem ações docentes em ambos os cargos, nas atribuições dos editais de seleção isso não se mostra explícito.

Essa problemática pode se relacionar aos itens citados no documento anterior, referente aos Planos de Carreira, se considerarmos a colocação de Campos (1994):

Voltadas para objetivos considerados como de caráter exclusivamente “pedagógicos”, as professoras – pois são quase todas mulheres – gozam de prestígio, salário, condições de trabalho e progressão na carreira muito melhores do que o tipo de profissional mencionado anteriormente⁸. Este fato refere-se na percepção generalizada de que não são de sua responsabilidade tarefas identificadas como o trabalho “manual” ou doméstico, isto é, entendidas como próprias de funcionários de menor qualificação” (CAMPOS, 1994, p. 33)

Podemos perceber esse ponto de forma exemplificada nos documentos analisados neste capítulo, mostrando claramente a falta de reconhecimento. Apesar de garantido o seu caráter docente no Plano de Carreira, o profissional sofre uma falta de reconhecimento em torno dos demais itens apresentados em ambos os documentos. Nos Planos de Carreira, ele está apresentado nas formas de remuneração e jornada de trabalho, não tendo direitos legais a reivindicação – uma vez que, pelo fato de o Município os designar como Atendentes, as leis trabalhistas não os englobam.

Considero que a contradição em torno do papel e da função do Atendente se dá na falta de reconhecimento das práticas de cuidado como uma ação educativa. Estas são fundamentalmente articuladas a uma base teórica, garantida no momento em que se exige uma formação mínima e que se estimula, através de progressões, a formação continuada. Entretanto, mesmo levando em conta todas essas questões, ainda são considerados aqueles que designam um atendimento manual e doméstico, como afirma Campos (1994).

⁸ No caso de crianças menores de 3 anos ou de crianças que permanecem no estabelecimento durante o período integral, geralmente outros profissionais são chamados a assumir os cuidados com o corpo da criança, ligados ao sono, à higiene e à alimentação. (CAMPOS, 1994, p. 33)

5.2 EU EXERÇO O PAPEL DE PROFESSOR

As entrevistas realizadas com Atendentes de Educação Infantil, com tempos de atuação no município diferenciados (5, 13 e 15 anos de experiência), contribuíram para reconhecer e aprofundar as implicações da função dessas profissionais nas práticas cotidianas com as crianças pequenas na escola. As Atendentes entrevistadas serão identificadas pelas letras A, B e C, cuja ordem está relacionada ao tempo de trabalho no município.

A Atendente A tem 27 anos, possui 5 anos de experiência no Município, tem como formação a Licenciatura em Pedagogia e está concluindo a Especialização em Psicopedagogia. A Atendente B tem 42 anos, possui 13 anos de experiência no Município, tem como formação a Pedagogia e duas Especializações: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Psicopedagogia. A Atendente C tem 46 anos, possui 15 anos de experiência no Município, tem como formação o Magistério e a Licenciatura em Pedagogia.

Em relação às experiências Municipais, todas as Atendentes iniciam a resposta referentes às suas histórias no Município afirmando desconhecer o cargo anterior à sua nomeação, pois antes do seu ingresso no Município, todas já atuavam na Educação Básica, mas como Professoras (A e C na rede privada e B no município de Uruguaiana). Isso nos remete à análise realizada anteriormente dos editais de seleção, nos quais as atribuições se dão de maneira que permaneça subjetiva a questão cuidar/educar, que se tem como princípio da ação docente na Educação Infantil.

Em seus relatos sobre o seu histórico no Município, as Atendentes B e C apresentam as dificuldades e problemáticas encontradas nas EMEIs, referentes a organização, estrutura e práticas docentes, buscando mostrar os avanços obtidos com essa alteração do cargo. Ressalta-se que ambas ingressaram nos primeiros anos da criação do cargo de Atendente de Creche para Atendente de Educação Infantil – em que alguns de seus colegas possuíam o 5º ano apenas. Essa alteração ocorreu no ano de 2001, por uma exigência pós-LDB de 1996, a qual exigia o Magistério como formação mínima.

Com relação à atuação, as três entrevistadas iniciam suas respostas afirmando realizarem a função de Professor, porém suas compreensões se divergem quanto às suas atribuições.

Atendente A: acredito que a atuação como profissional se dê sim como professor educador, dentro de sala de aula, onde tu diriges a sala, é mediador dentro da sala com as atividades e conteúdos, enfim, executa todas as funções como professor. Planejamento, todas as questões de registro, de parecer de aluno, a questão em si de atividades e execução de sala de aula, então na verdade, eu acredito que a nossa função aqui dentro seja de professor.

Atendente B: professoras no intento da palavra, nós planejamos nossas atividades, onde esta tem um intuito e uma finalidade de atingir algum ponto dentro da necessidade da criança, ou de contê-los, pois estão agitados demais, ou de estimulá-los com uma manifestação, pois está apático demais, então somos com toda propriedade professor. Porque fazemos registro de caderno de chamada, o que é um registro oficial bastante sério, planejamentos aula, executamos, avaliamos estas crianças, nós redigimos esta avaliação, ela é toda criteriosa, então não tenho dúvidas que ajo como professora de Educação Infantil.

Atendente C: a minha função é professora, mas tem uma carga a mais, porque professora não é só sala de aula, quadro e giz, não, aqui a gente faz duas funções até. A gente, entre aspas, atende a criança, auxilia a criança, a gente veste, a gente lava rosto, a gente faz todo este procedimento de cuidar, mas a gente ensina, desde o berçário até o pré, a gente está sempre ensinando coisas para eles, não é só cuidar, quem pensa que Educação Infantil é só cuidar, daí tem outra visão. A gente tem, a gente é professora, a gente ensina, faz toda aquela “coisarada”, tudo que o professor faz e mais uma sobrecarga de cuidar.

Ao observarmos as compreensões de “ser professor” das Atendentes, é possível compreender algumas questões fundamentais no que se refere ao papel e reconhecimento desse profissional.

Nessa perspectiva, é preciso apresentar o que se compreende como docência na Educação Infantil, etapa da Educação Básica que se fundamenta na construção de interações e relações sociais entre crianças e adultos, estabelecida através de interações, brincadeiras, aprendizagens, bem como práticas de cuidado articuladas positivamente com a apropriação da cultura em seus múltiplos segmentos (BARBOSA, 2010). Barbosa ainda ressalta em essas práticas pedagógicas devem estar embasadas em campos teóricos que permitam que o cuidar/educar seja um ato concomitante, e este auxilie na construção desses sujeitos.

Essa questão se mostra um tanto inexistente nas compreensões de atuação como Professoras na fala da Atendente A e na de B; em C, aparece como sendo uma sobrecarga. Estas ainda estão muito atreladas às concepções de assistência na Educação Infantil, que eram vinculadas ao ato de cuidar. Visam mostrar que estão buscando revolucionar se direcionando para o outro extremo, o de educar, não apresentando o cuidar/educar como um binômio.

Kuhlmann e Fernandes (2012) colocam:

Na verdade, acredita-se que o esforço da educação infantil deveria ser o de não se distanciar da assistência, para afirmar seu caráter educativo, mas o de promover a ampliação desse vínculo de forma que outros níveis de ensino também fossem imbuídos nessa concepção. (...), mas, não se pode perder de vista que o trabalho das instituições de educação infantil envolve, necessariamente, a articulação entre cuidado e educação. (KUHLMANN; FERNANDES, 2012, p. 34)

Dentro dessa concepção, faz-se entender que a atuação do docente na Educação Infantil se dá no momento em que se compreende que o cuidar e o educar se entrelaçam diretamente, dando significado às práticas ali implícitas.

Outro ponto abordado pelas Atendentes A e B são as questões burocráticas e organizacionais: tem-se de planejar, registrar e avaliar as crianças. Essas questões não estão presentes no edital de seleção – salvo a questão do registro de frequência – mas constam dentro da LDB de 1996, no Artigo 13º, referindo-se às incumbências dos docentes. O artigo coloca que são responsáveis por “V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional”.

Portanto, embora não conste no edital, as Atendentes exercem a função “intelectual” da ação docente vinculada à ação de planejar, registrar e avaliar. Pode-se dizer que, embora sejam reconhecidas e não tenham remuneração como Professoras, as Atendentes possuem a responsabilidade e a função da ação docente.

Outra questão que merece uma análise refere-se à formação e ao salário, considerando dados já apresentados neste trabalho. Todas as Atendentes entrevistadas têm, no mínimo, Graduação e possuem como salários de base para Nível II (Atendentes A e C) e para Nível III (Atendente B, pois possui Especialização). As respostas também se articulam com o seu posicionamento referente à pouca remuneração, apesar de terem a formação – todas atribuem a questões nacionais ao justificarem o valor como sendo insuficiente.

Sob esse aspecto, acredito ser muito pertinente a fala da Atendente C, quando ela relata:

Atendente C: a questão é que a gente tem que se valorizar, eu quando era criança já via os professores fazendo greves, meus pais diziam ‘é porque eles ganham pouco’, então já vem esta cultura, desde que eu era pequeninha. Desde que eu existo, o professor ganha pouco, isso eu não sei se vai mudar. Eu me lembro que eles faziam greve porque ganham pouco, eu acho que vai demorar para alguém colocar a nossa valorização financeira no nível que a gente merece, vai demorar.

Ela apresenta aqui que já se instaurou uma cultura de desvalorização salarial dos Professores, pelo histórico de greves relatado – as greves se davam pela questão do baixo salário. **Aqui podemos observar a problemática referente à questão de que, apesar de o Atendente ter função docente, ele não é Professor. Desse modo, não se tem nenhuma obrigatoriedade legal sobre seu salário estar condizente ao piso nacional, garantido pela**

Lei nº 11.738, de 16/7/2008, a qual estabelece que todos os Professores devem ter como salário base o piso de R\$ 2.135 para uma jornada de trabalho de 40h semanais.

A questão da valorização vai muito além das questões salariais, mas leva em consideração o reconhecimento, a qualificação e sua função. Ainda vemos, nas colocações das Atendentes quando questionadas sobre essa temática, que todas remetem a valorização como profissional como vinculada aos pais e/ou às crianças, e ainda afirmam que não esperam mais reconhecimento dos demais segmentos, pois estes não os valorizam.

Essa questão é abordada por Barreto (1994), em seu texto referente à implementação das políticas de formação para os Professores da Educação Infantil, em que afirma:

(...) uma das ações prioritárias explicitadas na Política de Educação Infantil é a promoção e valorização dos profissionais da área, o que exige acordos e compromissos entre as instâncias que prestam esse serviço, as agências formadoras e as representações desses profissionais. (BARRETO, 1994, p. 12)

O texto traz de forma muito explícita que a valorização acompanha os itens já apontados acima, como a formação, o reconhecimento e as representações. Isso deve se dar por meio das instâncias que prestam o serviço – no caso aqui estudado, da Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal –, as quais administram as questões burocráticas e legislativas. Podemos perceber ao longo deste trabalho, mais especificamente no momento da análise documental, que esses documentos se dão de maneira contraditória ao que se reconhece como os profissionais da Educação Infantil, sua função, reconhecimento e valorização.

Por fim, questionei as profissionais sobre a repercussão dessas questões no seu dia a dia com as crianças, a fim de entender como isso se desdobra na prática. As respostas foram as mesmas: apesar da não valorização da gestão municipal, elas sentem a motivação através do trabalho com as crianças nos múltiplos momentos.

É importante ressaltar que uma das entrevistas citou a situação atual do Município:

Atendente B: Bom, quem vive desde o meio do ano com a falta de pontualidade nos salários e vivendo meses com 400 reais, o mês inteiro é complicado se ver estimulado, dentro de uma escola, de um ambiente que é tão ativo, a gente também precisa cumprir dentro da escola e fora dela com as nossas obrigações e a gente não está conseguindo cumprir fora dela.

Dessa forma, podemos ver refletidos a falta de estímulo e mais uma vez o descaso dos órgãos públicos com os salários de seus servidores, assim como a falta da valorização enquanto profissionais, que são de fundamental importância para o desenvolvimento do Município.

A questão referente ao estímulo se faz contraditória, pois está claro que esses profissionais exercem uma função e um papel docente, e que não são reconhecidos, e isso gera uma séria problemática. Considera-se que o sujeito é um ser integral; logo, se não são oferecidas condições mínimas de sobrevivência, como o salário, essa questão afeta diretamente seu cotidiano pessoal e profissional.

Em virtude disso, já ocorreram diversos movimentos de paralizações e greves. Porém, esses profissionais são responsabilizados nesses movimentos por prejudicarem as crianças, já que não se tem como possibilidade a recuperação dos dias letivos. Dessa forma, o Atendente mais uma vez não é reconhecido como profissional docente e como Professor, pois não se abre a opção de recuperação de dias letivos e, como já ocorreu em algumas paralizações, são descontados seus salários.⁹

Novamente retorno à questão do profissional docente: podemos entender que as práticas desses profissionais docentes envolvem aporte teórico, em que a pessoa atuante tem compreensão de seu papel formativo e de troca entre um determinado grupo.

Ao perguntar sobre as desejadas alterações, as três trazem com ênfase a questão do reconhecimento como profissional docente, mais especificamente Professoras, que vem ao encontro de tudo o que se discutiu neste trabalho. Segundo essas Atendentes, é uma das alternativas para o reconhecimento e a valorização desse profissional, atuante como Professor, e a garantia de seus direitos como tal.

Assim, olhando para a totalidade das temáticas tratadas nas entrevistas e nos documentos norteadores, podemos afirmar que as Atendentes se compreendem sim na sua função, bem como nas atribuições que derivam dessa função, e as desenvolvem. Isso mostra evidentemente a força de uma categoria que se mantém firme, enquanto as suas concepções e crenças, mesmo que constantemente não são reconhecidas pelo sistema público Municipal.

Considero que isso aconteça, já que o título de Atendente não designa função docente e não remunera adequadamente, sem garantir seus direitos referentes ao piso nacional. Também em relação à jornada de trabalho, a legislação não protege as Atendentes, dando margem para que trabalhem 6h e permitindo que somente se necessite de dois profissionais, e não de três para trabalhar nas EMEIs.

⁹ Conversa informal realizada no dia 07 de novembro com a representante sindical da categoria.

6 ONDE QUEREMOS CHEGAR

Ao longo deste estudo, foram desenvolvidos os aportes teóricos e apontados alguns dados para dar subsídio à resposta da pergunta de pesquisa que originou este trabalho: *Como se compreendem as problemáticas em torno da função, do papel e do reconhecimento do Profissional da educação infantil no Município de Cachoeirinha e quais as implicações na prática cotidiana da escola?*

Assim, foram realizadas análises dos documentos referentes aos Atendentes e Professores, bem como de entrevistas que auxiliam na compreensão da temática de estudo. Ao realizarmos uma análise dos dados coletados, podemos afirmar que o Atendente de Educação Infantil exerce uma função docente, garantida em Lei, e que está presente nas práticas diárias nas EMEIs, refletidas no entendimento das entrevistadas sobre a atuação, em que todas afirmam realizar o processo educativo com propriedade teórica e prática.

Em relação à formação, tanto nos relatos quanto nos documentos legais, estão adequadas conforme a LDB de 1996, buscando formas de aperfeiçoamento constante com cursos e títulos, propiciando assim a qualidade de seu fazer docente, concomitante com seu melhor rendimento, garantido pelas progressões nos Planos de Carreira.

Sobre a questão salarial ainda se tem muito a lutar, sendo essa uma das questões mais problemáticas aí implícitas. Isso leva algumas vezes à falta de estímulo desses profissionais, uma vez que, com a mesma função docente do Professor, têm uma remuneração inferior e ainda a não garantia de uma lei nacional que afirme seus direitos salariais e de carga horária.

Tudo isso se reflete na prática, por um servidor que possui menos direitos e menos prestígio que os Professores, mas executa sua função com comprometimento com aqueles cidadãos que está formando, não deixando de lutar por seus direitos, a fim de ser reconhecido e valorizado.

Quanto aos futuros encaminhamentos, a categoria luta para que aconteça uma alteração no sistema atual, para que os editais para Professores se ampliem e atendam a Educação Básica como um todo e não somente os anos iniciais do Ensino Fundamental. Para isso, é preciso buscar subsídios para que as categorias, juntamente com o Sindicato dos Municípios de Cachoeirinha (SIMCA), reivindiquem seus direitos e façam valer a sua voz – o que está escrito no item 31 da pauta sindical para 2016 (Anexo A).

Essa pauta reúne as reivindicações em que o Sindicato propõe melhorias e alterações para a Prefeitura Municipal e suas secretarias. Ela é construída e avaliada pelos servidores em assembleias no início de cada ano. Essa reivindicação de alteração na nomenclatura de

Atendente para Professor consta nesse documento como um item que ainda necessita de uma ampla discussão da categoria em relação aos avanços e às questões que poderão repercutir.

Este trabalho vem com a proposta de contribuir na discussão apresentada nesta pauta anexa, a fim de motivar a busca pelo reconhecimento e a valorização do Atendente de Educação Infantil, para que ele faça valer a sua voz. Dessa forma, gostaria de concluir este trabalho com um pensamento de Sonia Kramer (2002):

Que saibamos implementar políticas de formação sem tornar os professores escravos do método, documentos legais ou receituários pedagógicos, contribuir para a sua profissionalização, de um lado, com ganhos em termos de planos de carreira e salários. Que saibamos, de outro lado, atuar numa perspectiva de formação cultural, assumindo a responsabilidade social que temos perante gerações de crianças, jovens e adultos que, neste país, têm sido sistematicamente expropriados de seus direitos elementares. Para isso, destinação de recursos públicos, ética, vontade política e respeito à liberdade são fundamentais. Receio que nossa conjuntura esteja nos colocando muito mais próximos de Papelópolis¹⁰ do que deveríamos estar. (KRAMER, 2002, p. 130)

Ambiciono com este trabalho acordar um gigante, uma categoria grande e forte, para que lute por seus direitos e alcance um reconhecimento, historicamente adquirido com lutas. Façamos o movimento de levantar a voz e denunciar as injustiças realizadas contra esses servidores, a fim de que se possa qualificar ainda mais a nossa Educação Infantil e garantir a sua igualdade educativa e profissional.

Portanto, resta-nos questionar: por que o município de Cachoeirinha, mesmo reconhecendo a função docente do Atendente, não realiza concurso público para Professor na primeira etapa da Educação Básica? Por que os órgãos fiscalizadores ainda permitem que concursos públicos para a etapa da Educação Infantil sejam para outro profissional, que não o Professor? Por que os Professores com formação mínima em Magistério ainda prestam concurso para o cargo de Atendente?

A complexidade dessas questões extrapola o recorte deste Trabalho de Conclusão de Graduação, mas são provocadoras para uma análise do cotidiano vivenciado por gestores e profissionais da Educação Infantil.

¹⁰ ANDRADE, Carlos Drummond. Boitempo & a falta que ama. Rio de Janeiro, Sabiá, 1973.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Carmem. As especificidades da ação pedagógica com os bebês. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte. **Anais:** Belo Horizonte, 2010, p. 1-17.

BARRETO, Ângela M. Rabelo F. Introdução: por que e para que uma política de formação do profissional de educação infantil? In: BARRETO, Ângela M. Rabelo F. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil.** Brasília: MEC, 1994, p. 11-15.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar:** ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/tag/222459/saber-cuidar---completo>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 7 de abril de 1999. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, MEC/CNE, 1999.

CAMPOS, Maria Malta. Educar e Cuidar: Questões sobre o perfil do profissional de Educação Infantil. In: BARRETO, Ângela M. Rabelo F. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil.** Brasília: MEC, 1994, p. 32-42.

CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.). **Itinerários de Pesquisa:** Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 223-241.

CASTRO, Magali de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. Profissão docente: refletindo sobre a experiência de pesquisa na abordagem sócio-histórica. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília, Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.). **Itinerários de Pesquisa:** Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 287-309.

CERISARA, Ana Beatriz. Educadoras de creche: entre o feminino e o profissional. In: XX Reunião Anual da ANPED, 1997, Caxambu. **Anais:** Caxambu, MG, 1997, p. 1-12.

Disponível em:

<http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1998/Educacao_infantil/Trabalho/04_40_52_EDUCADORAS_DE_CRECHES.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

GOMES, Marta Quintanilha. Sobre docência e ser professora de bebês. **Revista Eventos Pedagógicos: Educação de 0 a 3 anos em espaços de vida coletiva**, v. 6, n. 3 (16. ed.), edição especial temática, p. 17-29, ago./out. 2015.

KUHLMANN JR., Moysés. História da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 5-18, mai./jul. 2000.

KUHLMANN JR., Moysés; FERNANDES, Fabiana Silva. Infância: construção social e histórica. In: VAZ, Alexandre Fernandez; MOMM, Caroline Machado (Orgs.). **Educação Infantil e sociedade: Questões contemporâneas**. Nova Petrópolis: Nova harmonia, 2012, p. 21-38.

MARAFON, Danielle. **Educação Infantil no Brasil: um percurso histórico entre as idéias e as políticas públicas para a infância**. s/d. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../ZjxYEbbk.doc>. Acesso em: 14 out. 2016.

NETTO, Franciele Nepobuceno. **A (Des) valorização do Magistério: os casos de Cachoeirinha e Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2010, 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. O desenvolvimento profissional das educadoras de infância: entre os saberes e os afectos, entre a sala e o mundo. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 133-167.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. A pedagogia e a Educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 16, jan./abr. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n16/n16a03>>. Acesso em: 30 out. 2016.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editora, 2000.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília, Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.). **Itinerários de Pesquisa: Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 287-309.

ANEXO A - Pauta de Reivindicação do Sindicato dos Municipários de Cachoeirinha

PAUTA DA EDUCAÇÃO

27. Cumprimento de 1/3 da Hora Atividade para os trabalhadores em educação, conforme a lei 11738/2008, com a criação de uma lei municipal para assegurar a jornada de trabalho do magistério em coerência com a legislação nacional. PRECISA DE AMPLA DISCUSSÃO, MAS NESTE MOMENTO ALEGAM NÃO TER CONDIÇÕES, ENTENDENDO A NECESSIDADE E IMPORTÂNCIA DESTE PROCESSO.

28. Pagamento de todas as mudanças de nível do magistério que estão atrasadas. SMED COLOCOU QUE FOI ENCAMINHADO.

29. Criação de um Edital Público que dê transparência a demanda de pessoal das escolas, com cumprimento rigoroso dos critérios de seleção dos RCS, sem indicações. SMED ESTÁ DE ACORDO E SERÁ IMPLEMENTADO EM 2017.

30. Retorno imediato sobre o Projeto de Lei substitutivo ao Plano Municipal de Educação para debate no Fórum Municipal de Educação, sem retrocessos. PRECISA DE AMPLA DISCUSSÃO, MAS NESTE MOMENTO ALEGAM NÃO TER CONDIÇÕES, ENTENDENDO A NECESSIDADE E IMPORTÂNCIA DESTE PROCESSO.

31. Pela valorização da Educação Infantil com criação de um grupo de trabalho composto por representantes do governo e do SIMCA para tratar a respeito da transposição da nomenclatura das atendentes de educação infantil. Criar um cronograma de reuniões entre SIMCA e Governo para

tratar do assunto. PRECISA DE AMPLA DISCUSSÃO, MAS NESTE MOMENTO ALEGAM NÃO TER CONDIÇÕES, ENTENDENDO A NECESSIDADE E IMPORTÂNCIA DESTE PROCESSO.

32. Pela unificação das matrículas das especialistas em educação a partir da alternativa jurídica

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

Faculdade de Educação- FACED

Departamento de Estudos Especializados- DEE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, estou sendo convidado/a a participar na pesquisa de campo relativo ao Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, realizado pela acadêmica Betina Isabel Henz Müller, orientado pela Prof.^a. Dr.^a. Simone Santos de Albuquerque. O trabalho tem como título: **“De atendente a professora: um estudo sobre o profissional da Educação Infantil no Município de Cachoeirinha”**.

Minha participação neste momento será dar uma entrevista, relativa à minha atuação como atendente do Município, questões de valorização, função, atuação, formação e remuneração, bem como aspectos relativos à minha trajetória pessoal e profissional.

Fui informada que tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração nesse estudo no momento em que desejar, sem necessidade de explicação e que, nesse caso a desistência não causará nenhum prejuízo a mim e a minha instituição.

Fui informada de que os resultados obtidos serão apresentados no Trabalho de Conclusão de Curso- TCC da acadêmica e, em artigos científicos.

Fui esclarecida de que a entrevista será gravada para facilitar o registro das informações e que apenas a acadêmica e sua orientadora terão acesso à gravação. Também fiquei sabendo que a pesquisa fará o estudo de Documentos Legais, como os Planos de Carreiras dos Atendente de Ed. Infantil e dos professores, assim como, seus respectivos editais de seleção.

Fui informada de que a gravação da minha entrevista e as anotações sobre ela ficarão, como todo material produzido na pesquisa, sobre responsabilidade da acadêmica e da orientadora do trabalho.

Sei que minha participação é livre, voluntária e espontânea

Declaro que tive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Fui informada que em qualquer momento posso ter esclarecidas as dúvidas que surgirem. Concordo em participar da pesquisa.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Participante

Assinatura da acadêmica

Orientadora do TCC: Profa. Dra. Simone Santos de Albuquerque (UFRGS).

Telefone : (051) 83344040 .